

Tasso apresenta alternativa para mudar teto e aumentar gastos em R\$ 80 bilhões

Renan Truffi, Vandson Lima e
Anaís Fernandes
De Brasília e São Paulo

O senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) deve protocolar uma proposta de emenda à Constituição (PEC) que sugere um caminho alternativo para o reajuste do Bolsa Família (atual Auxílio Brasil) a partir de 2023. Esta é a segunda proposta que surge, nos últimos dias, como opção ao texto elaborado pela equipe de transição do PT, que abre até R\$ 198 bilhões fora do teto de gastos. A primeira foi divulgada no sábado e tem como autor o senador Alessandro Vieira (PSDB-SE).

A PEC de Tasso foi apresentada a economistas que participam da equipe de transição do governo eleito, como André Lara Resende e Persio Arida, mas ainda não possui as assinaturas necessárias para tramitar no Senado e nem conta com apoio do núcleo petista que lidera as negociações sobre o tema.

Como forma de reajustar o programa de transferência de renda, Tasso sugere alterar a chamada regra do teto de gastos adicionando R\$ 80 bilhões ao limite orçamentário previsto para o ano que vem. Esse montante passa a compor a base de cálculo do limite dos anos posteriores. A PEC não apresenta, entretanto, qualquer fonte de receita que possa compensar esse aumento orçamentário, como determina a legislação.

"Propomos uma expansão de R\$ 80 bilhões no limite das despesas primárias do Poder Executivo para 2023, que se incorporará definitivamente ao teto de gastos calculado para os anos seguintes, para que as despesas necessárias para a manutenção do benefício de R\$ 600 sejam realizadas de maneira a atender de forma intertemporal o teto de gastos", justifica o senador na proposta.

Apelidada por Tasso de "PEC da



Tasso: senador sugere alterar regra adicionando R\$ 80 bilhões ao limite

Sustentabilidade Social", o projeto propõe retirar do teto de gastos "despesas com projetos socioambientais ou relativos às mudanças climáticas, no âmbito do Poder Executivo, custeadas por recursos de doações".

Além disso, de acordo com o texto, seria excepcionalizado do teto os chamados recursos próprios das universidades federais. Isso porque, atualmente, as universidades federais são custeadas pela União, mas podem arrecadar recursos próprios também, com a oferta de cursos pagos, doações de ex-alunos ou venda de imóveis, por exemplo.

Devido ao teto de gastos, porém, esse dinheiro extra não pode ser executado porque as despesas estão limitadas pela regra

fiscal junto com todos os demais desembolsos.

Tasso argumenta que, com R\$ 80 bilhões a mais, o novo governo consegue tanto reajustar o valor do Bolsa Família como ampliar ações de expansão de gastos em áreas importantes como saúde, educação, ciência, tecnologia e cultura, incluindo um aumento real no salário mínimo.

"A título de exemplo, podem recompor programas como Farmácia Popular, Merenda Escolar, ou o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e outras ações como reduzir a fila do Sistema Único de Saúde (SUS) e implementar a Lei Aldir Blanc", diz o senador na proposta.

Esta conta é criticada, porém,

por senadores do PT. Parlamentares ouvidos pelo Valor defendem que R\$ 80 bilhões seria suficiente apenas para garantir o reajuste do Bolsa Família para R\$ 600 e viabilizar um tíquete adicional de R\$ 150 por crianças de até seis anos.

Já o texto de Alessandro Vieira sugere reduzir de R\$ 198 bilhões para R\$ 70 bilhões o limite para gastar além do teto de gastos, o que também contemplaria apenas a manutenção dos R\$ 600 e o Benefício da Primeira Infância. Por outro lado, a proposta dele prevê que a permissão para gastos acima do teto seria válida por quatro anos. Para começar a tramitar, porém, ambas as PECs precisam receber apoio de 27 parlamentares.

Alternativas como as de Tasso e Vieira "têm mais pontos positivos que a proposta do governo", afirma Tiago Sbardelotto, economista da XP especializado em contas públicas. A opção de Tasso, diz, pode dar maior previsibilidade quanto à sustentabilidade fiscal. "Mas o importante é que a regra que vier a existir, seja o teto, seja outra que a substitua, sinalize que de fato haverá uma estabilização da dívida pública no médio prazo", observa Sbardelotto.

Com o "piso" apresentado até agora de R\$ 70 bilhões e o "teto" de quase R\$ 200 bilhões, o resultado da PEC deve acabar ficando "em algum lugar no meio", segundo Igor Barenboim, sócio-diretor da Reach Capital.

"Acho que deve ter algum equilíbrio no meio do caminho, em que os presidentes das Casas [Câmara dos Deputados e Senado Federal] saem com probabilidade de reeleição, o governo sai sem ter uma dor de cabeça tão grande e o investidor continua imaginando que o governo PT vai ser fiscalmente responsável", diz Barenboim, que já foi também secretário-adjunto de Política Econômica no Ministério da Fazenda.

